

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.920 - RS (2019/0031033-2)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JEFERSON PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ALEGAÇÃO SUPERADA. RECURSO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário constitucional em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JEFERSON PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido no HC n.º 70079833893.

Extraí-se dos autos que, em 03/11/2018, o Recorrente foi preso em flagrante delito, pois foi surpreendido na posse de "*45,20 gramas de maconha, 34 pedras de crack e notas de dinheiro, além de ter sido visto dispensando uma agenda preta contendo anotações de valores*" (fl. 21). A prisão foi convertida em preventiva.

A Defesa impetrou *Habeas Corpus* perante o Tribunal *a quo*, que não conheceu da impetração, nos termos da seguinte ementa (fl. 69):

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CARÊNCIA DOCUMENTAL QUE PERMITE A COMPREENSÃO DOS FATOS QUE LEVARAM A PRISÃO DO PACIENTE, IMPEDINDO A REVOGAÇÃO DE DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AÇÃO CONSTITUCIONAL NÃO CONHECIDA. POR MAIORIA."**

Nas razões do recurso, a Defesa afirma que "*acostou aos autos documentos que possibilitam a análise da legalidade da prisão, em especial a decisão que decretou a prisão preventiva. Ademais, dada a latente ilegalidade da prisão, embora não havendo cópia integral dos autos, o Des. Diógenes Vicente Hassan Ribeiro entendeu pela concessão da ordem, e consequente liberdade provisória ao paciente*" (fl.

# Superior Tribunal de Justiça

86).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória e, de forma subsidiária, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 111-113).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 124-125, manifestou-se pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Conforme informações do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, houve a superveniente prolação de édito condenatório, sendo o Paciente condenado às penas de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, em regime semiaberto, e 500 (quinhentos) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, **sendo concedido o direito de recorrer em liberdade.**

Dessa forma, fica prejudicado o pedido de liberdade provisória.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora